

**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Em milhares de reais)

**1 - Contexto operacional****1.1 - Atividades desenvolvidas**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

**1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional**

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 11, 12 e 13), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

**1.3 - Continuidade operacional**

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 13.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 12 - Obrigações Tributárias, a Companhia possui um saldo significativo de Obrigações Tributárias, cabe ressaltar que nos exercícios sociais de 2019 e 2018, foram realizados trabalhos de revisão de todo passivo tributário federal em aberto, de forma que os controles implantados pela Companhia nestes trabalhos de revisão permitem um acompanhamento e monitoramento de todos os débitos, bem como permite certificar que os valores apresentados refletem exatamente com as informações fornecidas pelos respectivos órgãos legais de cobrança (RFB - Receita Federal do Brasil e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional).

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades

só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

#### 1.4 - Covid-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS - Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, incorreu em gastos adicionais, apurados a partir de abril de 2020, os quais, até Setembro de 2021 totalizam R\$ 4.332 mil (até dezembro de 2020 totalizou R\$ 3.496 mil), e estão relacionados a produtos de limpeza e higienização, acréscimo nos serviços de transportes a funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19, doações a hospitais e vacinas de gripe.

Apresentamos no quadro a seguir os valores apurados de forma detalhada, os quais estão registrados no resultado em suas contas de origem:

Natureza do Gasto	Valor	%
EPI's	974	22%
Testes covid	959	22%
Adequações estruturais	685	16%
Transporte de funcionários	1.049	24%
Auxílio creche	244	6%
Doações	219	5%
Materiais para alimentação	166	4%
Outros	36	1%
<b>Total</b>	<b>4.332</b>	<b>100%</b>

Em relação a proteção e cuidados com a saúde de seus colaboradores, a Companhia procedeu de forma muito rigorosa desde o início da pandemia, realizando o afastamento de colaboradores classificados no grupo de risco, e chegou a ter, no período mais crítico da pandemia, aproximadamente 500 pessoas afastadas.

#### 1.5 Análise dos efeitos da Covid-19 nas demonstrações contábeis

De acordo com as orientações contidas nos ofícios circulares da CVM/SNC 02/2020, 03/2020 e 01/2021, a Companhia informa que procedeu com a análise dos principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente suas demonstrações contábeis, de modo que as principais análises são reportadas a seguir:

(i) Continuidade operacional: Não foram identificados elementos que configurem risco de descontinuidade operacional.

(ii) Contas a receber: Os saldos das contas a receber foram analisados, levando em consideração se os efeitos da Covid-19 indicam ajuste de perdas esperadas destas rubricas, e conforme é informado na nota explicativa nº 5 - Contas a receber, a Companhia apresenta a conciliação do saldo líquido a receber, descontando já os valores recebidos de forma antecipada, os quais serão objeto de discussão e negociação juntos aos clientes da Companhia.

(iii) Estoques: São avaliados pelo custo de aquisição líquido de impostos ou pelo efetivo valor de realização, desta análise não há nenhum elemento relacionado ao Covid-19 que indique qualquer ajuste nesta rubrica.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - “impairment”: A Companhia não identificou indicativos de impairment no período findo em 30 de setembro de 2021.

## **1.6 Aprovação das Demonstrações Contábeis**

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as Demonstrações Contábeis elaboradas para o período findo em 30 de setembro de 2021, devidamente auditadas pela empresa independente Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S., para apreciação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 12 de novembro de 2021 as referidas Demonstrações Contábeis foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

## **2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas do período de 30 de setembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

## **3 - Resumo das principais práticas contábeis**

### **3.1 Declaração de conformidade**

#### **3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

#### **3.1.2 Demonstrações contábeis individuais**

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

### **3.2 Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

#### **3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### **3.2.2 Demonstrações contábeis individuais**

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

### **3.3 Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de

câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### 3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 7);
- Propriedades para investimentos (nota 8.b)
- Imobilizado (nota 9)
- Intangível (nota 10)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

### **3.6 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.7 Contas a receber**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

### **3.8 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

### **3.9 Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.11 Investimentos**

#### **3.11.1 Participações societárias**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

#### **3.11.2 Propriedades para investimentos**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

### **3.12 Imobilizado**

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **3.13 Intangível**

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

### **3.14 Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.15 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

### **3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

### **3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços**

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

### **3.20 Apuração do resultado**



O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### 3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

## 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Caixa	-	-	3	2
Bancos - Conta Corrente	-	-	141	135
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>144</b>	<b>137</b>

## 5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Mercado interno	-	-	45.216	47.511
Mercado externo	-	-	61.784	45.639
Trava Cambial	-	-	(1.126)	740
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(3.373)	(826)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>102.501</b>	<b>93.064</b>
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(11.615)	(15.735)
<b>Saldo líquido de contas a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.886</b>	<b>77.329</b>

<b>Vencidos</b>	<b>30/09/21</b>		<b>31/12/20</b>	
Até 30 dias	8.080	8%	7.477	8%
De 31 a 60 dias	9	0%	4	0%
De 61 a 90 dias	5	0%	987	1%
De 91 a 120 dias	-	0%	1.552	2%
De 121 a 150 dias	4	0%	1	0%
De 151 a 180 dias	5	0%	1	0%
Acima de 180 dias	3.373	3%	826	1%
<b>Sub-total</b>	<b>11.476</b>	<b>11%</b>	<b>10.848</b>	<b>12%</b>
<b>À vencer</b>				
Até 30 dias (a)	79.429	77%	70.503	76%
De 31 a 60 dias	14.969	15%	12.539	13%
<b>Sub-total</b>	<b>94.398</b>	<b>92%</b>	<b>83.042</b>	<b>89%</b>
Provisão para perda esperada	(3.373)	-3%	(826)	-1%
<b>Total</b>	<b>102.501</b>	<b>100%</b>	<b>93.064</b>	<b>100%</b>

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos a vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia, em 30 de setembro de 2021 representa o montante de R\$ 55.734 (R\$ 43.811 em 31 de dezembro de 2020).

## 6 - Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/21</b>	<b>31/12/20</b>	<b>30/09/21</b>	<b>31/12/20</b>
Produtos prontos	-	-	2.974	1.589
Produtos em elaboração	-	-	256	39
Matérias primas	-	-	2.020	2.407
Materiais de embalagem	-	-	1.895	1.650
Materiais de manutenção	-	-	5.475	4.183
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.620</b>	<b>9.868</b>

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

## 7 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Adiantamentos	-	-	219	237
Consórcios contemplados	-	-	926	822
Despesas antecipadas	-	-	236	141
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.381</b>	<b>1.200</b>
Agostinho Carrer Part. Ltda	12.691	9.298	12.691	9.309 (i)
Outros	-	-	3.348	3.327
<b>Não Circulante</b>	<b>12.691</b>	<b>9.298</b>	<b>16.039</b>	<b>12.636</b>

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A, Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial, o qual envolveu todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens).

Houve penhora no rosto dos autos, tendo sido expedida ordem para que a devedora passasse a depositar judicialmente o valor das parcelas e, meses depois, devido aos impactos causados pela COVID-19, a empresa Agostinho Carrer Participações S.A. notificou as Companhias que devido à crise do setor avícola iriam utilizar do prazo de carência previsto no contrato, suspendendo os pagamentos pelo período de 03 meses, conforme cláusula do acordo. Posteriormente em razão da continuidade das dificuldades e limitações financeiras decorrentes da crise mundial da pandemia da COVID-19, as partes transacionaram, mediante concessões mútuas e através de aditivo ao acordo, a suspensão parcial do pagamento das parcelas pelo período de 04 meses, ficando acordada a obrigação da devedora de efetuar o pagamento, mediante depósito judicial, do valor dos juros compensatórios e a atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Transcorrido o prazo, após longas negociações, as partes firmaram novo aditivo ao acordo, o qual previu a continuidade da suspensão parcial do pagamento do acordo pelo período de 12 meses, sendo mantida a mesma obrigação da devedora que anteriormente fora estipulada. Desta forma, o reinício do pagamento das parcelas de forma integral está previsto para novembro/2021. No período foram reconhecidos os valores já depositados em juízo, que totaliza R\$ 3.280.

## 8 - Investimentos

### a) Participações societárias

Em 30/09/2021 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
<b>Provisão para perda de investimento em 31/12/2020</b>	<b>(269.089)</b>	<b>(97.599)</b>	<b>(366.688)</b>
+/- Equivalência Patrimonial	13.528	4.910	18.438
+/- Ajuste refl exo da trava cambial - NBC TG 48	(1.368)	(497)	(1.865)
<b>Provisão para perda de investimento em 30/09/2021</b>	<b>(256.929)</b>	<b>(93.186)</b>	<b>(350.115)</b>

### b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	30/09/21			31/12/20		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.390	(6.319)	5.071	11.587	(6.372)	5.215
Outros	315	(209)	106	318	(212)	106
( - ) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
<b>Total</b>	<b>38.799</b>	<b>(12.921)</b>	<b>25.878</b>	<b>38.999</b>	<b>(12.977)</b>	<b>26.022</b>

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2020 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliária, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo para este exercício. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 30 de setembro de 2021, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em
	31/12/20	Adições	Baixas			
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.215	12	-	(12)	(144)	5.071
Outros	106	-	-	-	-	106
( - ) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
<b>Total</b>	<b>26.022</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>(144)</b>	<b>25.878</b>

No quadro a seguir são demonstradas as propriedades para investimento, com as respectivas avaliações a valor justo, a qual é realizada anualmente. Deste modo, os valores apresentados no quadro a seguir são relativos à 31 de dezembro de 2020:

		Valor contábil	Valor justo	Unidade
		31/12/2020	31/12/2020	Alugada
Abatedouro Frigorífico de Suínos	Armazem - SC	3.980	4.427	Não
Fábrica de Embutidos	Jaraguá do Sul - SC	2.376	11.258	Sim
Abatedouro Frigorífico de Aves	Passo Fundo - RS	8.676	12.108	Sim
Comercialização de Ovos	Lajeado - RS	4.285	5.439	Sim
Granjas	Cruzeiro - RS	2.476	5.249	Não
<b>Total em Prédios e Terrenos</b>		<b>21.793</b>	<b>38.481</b>	
Máquinas e Equipamentos	N/A	4.229	-	
<b>Total</b>		<b>26.022</b>	<b>38.481</b>	

A metodologia utilizada pela Companhia para avaliação das propriedades para investimento é baseada na apuração do valor justo, no qual os valores de terrenos e prédios são mensurados por profissional técnico,

devidamente cadastrado no CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, acrescenta-se ainda nesta análise a avaliação de maquinários disponíveis nas respectivas propriedades, estes são avaliados pelo valor de custo histórico deduzidos da depreciação acumulada.

O montante de aluguel gerado pelas propriedades para investimento foi de R\$ 218 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 133 referente período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), conforme apresentado em nota explicativa nº 25 - Outras Receitas Operacionais.

## 9 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	30/09/21			31/12/20		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	73.840	(25.732)	48.108	72.294	(24.483)	47.811
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	65.462	(42.976)	22.486	65.727	(39.883)	25.844
Moveis e utensílios	8,33%	5.073	(3.673)	1.400	4.859	(3.529)	1.330
Computadores e periféricos	33,33%	2.564	(1.257)	1.307	1.497	(1.101)	396
Veículos	20,00%	891	(681)	210	664	(654)	10
Imobilizações em andamento	-	766	-	766	1.485	-	1.485
Outros	-	13	(13)	-	13	(13)	-
<b>Total</b>		<b>164.202</b>	<b>(74.332)</b>	<b>89.870</b>	<b>162.132</b>	<b>(69.663)</b>	<b>92.469</b>

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 30/09/21
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	47.811	27	(13)	(1.437)	1.720	48.108
Maquinas e equipamentos	25.844	1.020	(126)	(3.115)	(1.137)	22.486
Moveis e utensílios	1.330	263	(6)	(159)	(28)	1.400
Computadores e periféricos	396	143	(3)	(197)	968	1.307
Veículos	10	228	-	(28)	-	210
Imobilizações em andamento	1.485	3.279	(310)	-	(3.688)	766
<b>Total</b>	<b>92.469</b>	<b>4.960</b>	<b>(458)</b>	<b>(4.936)</b>	<b>(2.165)</b>	<b>89.870</b>

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 30 de setembro de 2021, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

## 10 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	30/09/21			31/12/20		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	597	(461)	136	584	(418)	166
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
<b>Total</b>		<b>745</b>	<b>(461)</b>	<b>284</b>	<b>732</b>	<b>(418)</b>	<b>314</b>

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Amort.	Transf.	Saldo em	
	31/12/20	Adições	Baixas			30/09/21	
Softwares	166	15	(1)	(44)	-	136	
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148	
<b>Total</b>	<b>314</b>	<b>15</b>	<b>(1)</b>	<b>(44)</b>	<b>-</b>	<b>284</b>	

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de 30 de setembro de 2021, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

#### 11 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Provisões de férias e 13º salário	-	-	9.852	7.373
Salários / Pró-labore a pagar	161	146	3.641	3.466
Rescisões a pagar	-	-	96	13
Outras obrigações a pagar	-	-	2.417	3.213
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>146</b>	<b>16.006</b>	<b>14.065</b>

#### 12 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
INSS a recolher	7	3	256.117	250.887
FGTS a recolher	-	-	3.484	3.574
IRRF a recolher	1	1	249	239
IRPJ a recolher	-	-	96.572	102.049
CSLL a recolher	-	-	36.626	36.850
COFINS a recolher	-	-	46.820	46.357
PIS a recolher	-	-	9.987	9.887
Impostos Retidos	-	-	23	21
ICMS a recolher	-	-	1.739	2.000
Outros	-	-	4.665	4.587
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>456.282</b>	<b>456.451</b>

Conforme informado na nota explicativa nº 1.3 - Continuidade Operacional, a Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

	30/09/21			31/12/20		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.415	254.702	256.117	1.322	249.565	250.887
FGTS a recolher	538	2.946	3.484	675	2.899	3.574
IRRF a recolher	249	-	249	239	-	239
IRPJ a recolher	777	95.795	96.572	7.329	94.720	102.049
CSLL a recolher	461	36.165	36.626	1.240	35.610	36.850
COFINS a recolher	7	46.813	46.820	-	46.357	46.357
PIS a recolher	2	9.985	9.987	-	9.887	9.887
Impostos Retidos	23	-	23	21	-	21
ICMS a recolher	413	1.326	1.739	376	1.624	2.000
Outros	74	4.591	4.665	52	4.535	4.587
	<b>3.959</b>	<b>452.323</b>	<b>456.282</b>	<b>11.254</b>	<b>445.197</b>	<b>456.451</b>

### 13 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
PERT (a)	-	-	1.253	1.179
Lei 12.996/14 (b)	23	25	2.076	2.045
Lei 11.941/09	7	8	7	8
FGTS	-	-	702	690
ICMS	-	-	253	224
IOF	-	-	-	-
Ordinário	-	-	3.705	3.101
<b>Circulante</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>7.996</b>	<b>7.247</b>
PERT (a)	-	-	8.606	9.357
Lei 12.996/14 (b)	192	207	14.908	16.204
Lei 11.941/09	20	25	20	25
FGTS	-	-	5.252	5.677
ICMS	-	-	233	380
Ordinário	-	-	1.814	4.571
<b>Não Circulante</b>	<b>212</b>	<b>232</b>	<b>30.833</b>	<b>36.214</b>

#### (a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

<b>Total dos débitos incluídos no PERT</b>	<b>56.548</b> (i)
( - ) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
( - ) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
( - ) Pagamentos efetuados até dezembro de 2020	(14.726)
( + ) Atualização Selic até dezembro de 2020	1.777
<b>Saldo remanescente em 31/12/2020</b>	<b>10.536</b>
( + ) Atualização Selic de Jan-21 até Set-21	212
( - ) Pagamentos efetuados de Jan-21 até Set-21	(889)
<b>Saldo remanescente em 30/09/2021</b>	<b>9.859</b>
Circulante	1.253
Não circulante	8.606

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
<b>Total</b>		<b>56.548</b>

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:



Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	RS
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218		

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

**(b) Lei nº 12.996/2014**

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
<b>Passivo tributário parcelado</b>	<b>76.297</b>
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
<b>Total líquido do passivo tributário aderido</b>	<b>27.900</b>
Amortização líquida até 30/09/21	(10.916)
<b>Saldo remanescente em 30/09/2021</b>	<b>16.984</b>
Circulante	2.076
Não circulante	14.908

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

#### 14- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo	Impostos Diferidos		
	Atribuído	IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Civas	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
<b>Total</b>	<b>66.966</b>	<b>16.743</b>	<b>6.027</b>	<b>22.770</b>
Diferimento até 30/09/2021		(5.503)	(1.980)	(7.483)
<b>(A) = Saldo em 30/09/2021</b>		<b>11.240</b>	<b>4.047</b>	<b>15.287</b>

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2020 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferimento até 30/09/2021		(363)	(130)	(493)
(B) = Saldo em 30/09/2021		<b>2.189</b>	<b>789</b>	<b>2.978</b>
(A + B) = Saldo em 30/09/2021		<b>13.429</b>	<b>4.836</b>	<b>18.265</b>
	Curto Prazo	540	195	735
	Longo Prazo	12.889	4.641	17.530

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
IRPJ diferido	-	-	540	547
CSLL diferido	-	-	195	188
<b>Total - Curto Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>735</b>	<b>735</b>
IRPJ diferido	-	-	12.889	13.203
CSLL diferido	-	-	4.641	4.753
<b>Total - Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.530</b>	<b>17.956</b>

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, todavia, o montante estimado de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para 30 de setembro de 2021 é de R\$ 29.662 mil.

#### 14.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>16.239</b>	<b>24.183</b>	<b>21.156</b>	<b>24.210</b>
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Despesa de tributos à alíquota nominal</b>	<b>5.521</b>	<b>8.222</b>	<b>7.193</b>	<b>8.231</b>
<b>Conciliação para despesa tributária efetiva</b>				
Resultado de participações societárias	(6.269)	(8.997)	-	-
Ajuste a valor presente	(38)	(218)	(38)	(218)
Provisões de despesas	-	-	(72)	(64)
Contingências	51	28	1.276	(1.226)
Despesas indedutíveis	287	-	303	1
Diferença de depreciação	-	-	82	(3.148)
Variação Cambial	-	-	(702)	(2.017)
Recuperação de despesas	-	-	(594)	(43)
Verbas Indenizatórias	(829)	(133)	(829)	(181)
Subvenções Governamentais	-	-	(549)	(272)
Outros	-	-	26	(410)
Compensação com PF e BN	-	-	(2.060)	(1.337)
Parcela isenta - adicional 10%	-	-	-	-
Provisão de Devedores Duvidosos	-	-	860	-
<b>Despesa efetiva de IR e CSLL</b>	<b>(1.277)</b>	<b>(1.098)</b>	<b>4.896</b>	<b>(684)</b>
IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	426	-
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(5.322)	-
<b>Alíquota de imposto efetiva</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>23%</b>	<b>0%</b>

## 15 - Partes relacionadas

### a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021 da seguinte forma:

- a) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- b) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- c) Minuano - em até R\$ 2.000 mil.

Quanto a remuneração global anual dos administrados da Minupar Participações S.A., foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 14 de junho de 2021, na qual deliberou-se pela aprovação da remuneração global anual de R\$ 300 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no terceiro trimestre de 2021 e terceiro trimestre de 2020:

	30/09/21		30/09/20	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	95	95	43	43
Diretoria executiva	35	634	26	356

**b) Operações com partes relacionadas**

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	42	-
<b>Total</b>	<b>5.777</b>	<b>5.777</b>	<b>42</b>	<b>-</b>
Passivo não circulante	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	12.771	16.141
Companhia Minuano	7.065	6.365	-	-
Acionistas e outros	19.938	16.154	19.938	16.153
<b>Total</b>	<b>27.003</b>	<b>22.519</b>	<b>32.709</b>	<b>32.294</b>

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

**16 - Provisão para contingência**

**a) Contingências Passivas**

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2021 e 30 de dezembro de 2020 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

	30/09/21			31/12/20		
Natureza	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.920	(5.498)	5.422	10.797	(5.629)	5.168
Cível	16.378	(1.722)	14.656	7.915	(1.629)	6.286
Tributária	415	-	415	393	-	393
<b>Total</b>	<b>27.713</b>	<b>(7.220)</b>	<b>20.493</b>	<b>19.105</b>	<b>(7.258)</b>	<b>11.847</b>

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 30 de setembro de 2021, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 98.360 (R\$ 80.945 em 31 de dezembro de 2020), destes, R\$ 89.969 (R\$ 71.045 em 31 de dezembro de 2020) são relativos a natureza cível e R\$ 8.391 (R\$ 9.900 em 31 de dezembro de 2020) são relativos a natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 89.969, refere-se a ação no montante de R\$ 71.838, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamentos dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 12 e 13.

## **b) Contingências Ativas**

### **Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS**

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

Em relação a decisão do trânsito em julgado do processo dos valores correspondente ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS retroativos à 2014, vinculados a Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, até o presente momento os esforços efetuados no levantamento dos dados não foram suficientes para assegurar com confiança a validação dos potenciais créditos a serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, uma vez que alguns documentos necessários para confecção e validação do cálculo estão sendo recuperados junto aos órgãos fiscais, desta forma sequer a divulgação de potencial créditos é possível efetuar neste momento e o registro contábil será efetuado quando a mensuração for confiável.

Ainda sobre o tratamento dado ao referido tema, a Companhia informa que, a partir de Junho de 2019 não vem mais tributando PIS e COFINS sobre ICMS destacado nas notas fiscais de venda, esse procedimento tem como base a decisão liminar do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e também a recente decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, com modulação dos efeitos, passando a valer essa decisão a partir de 15/03/2017. Os valores apurados de Junho de 2019 até Setembro de 2021 referente a incidência de ICMS na base do PIS e COFINS correspondem a R\$ 1.892 mil. Vale lembrar que os valores dos demais períodos anteriores à junho de 2019 ainda estão sendo levantados, sendo que, mesmo sem o trânsito em julgado

referente ao segundo processo, à Companhia já possui o direito de recuperar administrativamente os valores pagos a maior desde mar/2017, considerando a decisão do STF mencionada.

## **17 - Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

### **b) Ajuste de avaliação patrimonial**

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações trimestrais, exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia procedeu com a reclassificação dos valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial, que até então estavam apresentados na coluna de "Reserva de Lucros", e deste formulário em diante, passará a ser apresentado na coluna de "Outros resultados abrangentes".

### **c) Reserva legal**

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

### **d) Subvenções governamentais**

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 30 de setembro de 2021 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 3.127.

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício, inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

ANO	Coeficiente FAF
2022	0,95
2023	0,9
A partir de 2024	0,85

### **e) Dividendos**

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

#### f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

### 18 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, no quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos assegurados:

Local de risco	Ativos Próprios	Ativos de Terceiros	Total
Sede Administrativa	4.650	-	4.650
Abatedouros	57.380	2.200	59.580
Fábrica de embutidos	15.900	-	15.900
Fábrica de rações	20.300	-	20.300
Incubatório	15.050	5.970	21.020
Central de ovos	1.900	-	1.900
Granja Recria - Frangos	6.970	-	6.970
Granja Matrizes	12.747	2.771	15.518
<b>Total</b>	<b>134.897</b>	<b>10.941</b>	<b>145.838</b>

### 19 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

**a) Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

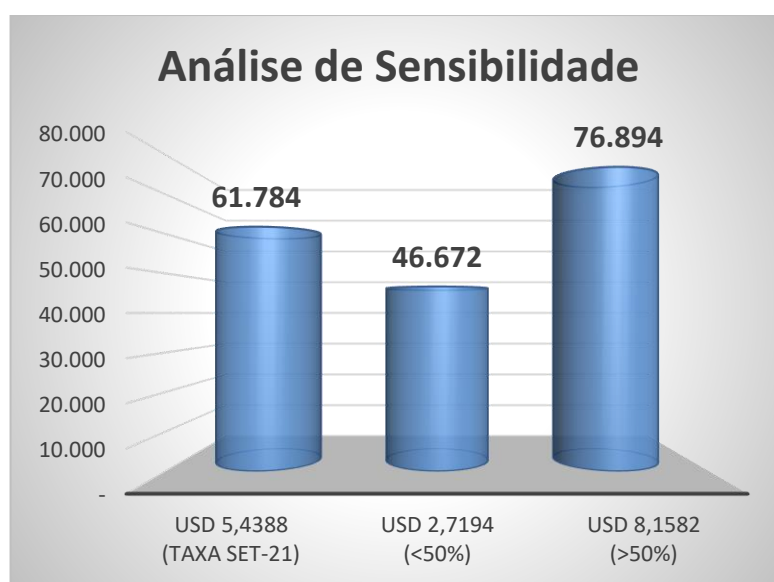
**b) Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas



receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

**c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 27% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre os valores de contas a receber vinculados ao Dólar:



O critério adotado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração o saldo de contas a receber em aberto, contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 30 de setembro de 2021, considerando um aumento de 50 %, ou uma redução de 50% desta taxa cambial, quais valores sensibilizariam os ativos da Companhia vinculados ao Dólar.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

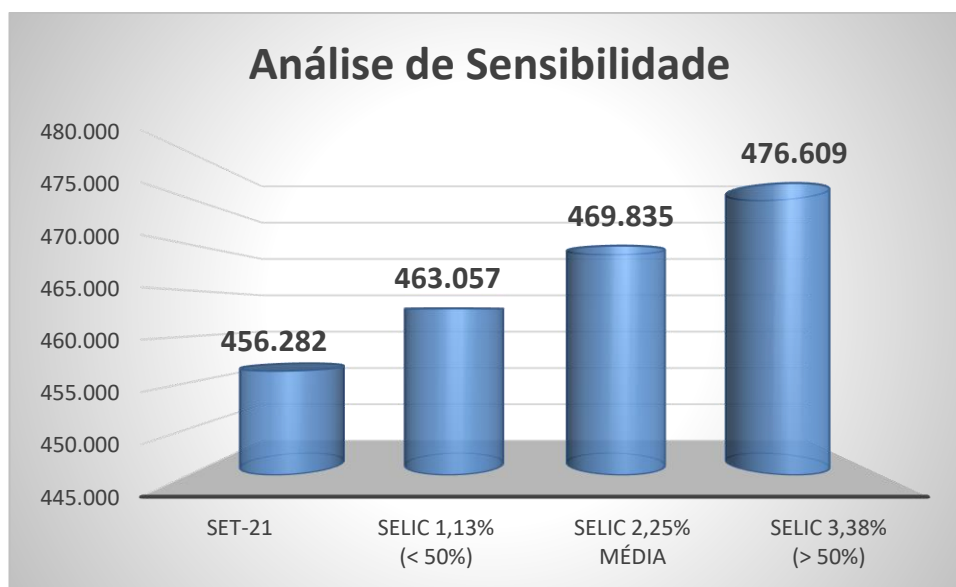
Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	5.773	5,2439	30.272	1.126	31.398
Recebíveis sem trava	5.587	5,4388	30.386	-	30.386
<b>Total</b>	<b>11.360</b>		<b>60.658</b>	<b>1.126</b>	<b>61.784</b>

**d) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

	30/09/21	Selic		
		( > 50%)	Média	( < 50%)
		1,49%	2,97%	4,46%
INSS a recolher	256.117	259.920	263.724	267.527
FGTS a recolher	3.484	3.536	3.587	3.639
IRRF a recolher	249	253	256	260
IRPJ a recolher	96.572	98.006	99.440	100.874
CSLL a recolher	36.626	37.170	37.714	38.258
COFINS a recolher	46.820	47.515	48.211	48.906
PIS a recolher	9.987	10.135	10.284	10.432
Impostos retidos	23	23	24	24
ICMS a recolher	1.739	1.765	1.791	1.816
Outros	4.665	4.734	4.804	4.873
<b>Total</b>	<b>456.282</b>	<b>463.057</b>	<b>469.835</b>	<b>476.609</b>

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a média dos últimos doze meses da taxa Selic, assim como as projeções realizadas nesta mesma taxa considerando um aumento de 50 %, bem como uma simulação de redução de 50% desta taxa.



## 20 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	30/09/21			30/09/20		
	Mercado	Mercado	Total	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Receita bruta de produtos e serviços	180.031	67.289	247.320	144.870	53.367	198.237
(-) Impostos	(16.888)	-	(16.888)	(12.521)	-	(12.521)
(-) Devoluções	(151)	(320)	(471)	(186)	(173)	(359)
Receita líquida de produtos e serviços	162.992	66.969	229.961	132.163	53.194	185.357

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

## 21 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
Salários	-	-	50.710	43.050
Matérias primas (a)	-	-	33.860	19.865
Encargos sociais	-	-	12.958	11.297
Energia elétrica	-	-	12.125	10.322
Manutenção Industrial	-	-	9.729	8.687
Benefícios a empregados	-	-	9.973	8.655
Depreciações	-	-	4.542	4.040
Férias e 13º salário	-	-	10.035	8.137
Serviço de terceiros	-	-	6.925	5.698
Materiais de embalagem (a)	-	-	13.611	3.197
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.759	1.331
Locações/Aluguéis	-	-	1.838	1.606
Indenizações trabalhistas	-	-	32	38
Equipamento de proteção	-	-	2.935	1.392
Taxas e encargos legais	-	-	260	198
Análises laboratoriais	-	-	1.097	971
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	747	506
Outros gastos	-	-	1.418	974
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>174.554</b>	<b>129.964</b>

Importante ressaltar que os custos apurados em setembro de 2020 estão apresentados segregados do efeito de ociosidade de produção ocorrido naquele período, conforme apresentado na nota explicativa nº 24, item b).

Em relação ao aumento dos custos, de aproximadamente 34,31%, a causa está relacionada ao aumento de comercialização de produtos industrializados, o que em termos comparativos entre o período de 2020 para 2021 representa mais de 3,7 mil toneladas vendidas, e outro fator que influenciou nesse aumento refere-se à correção de preço dos principais componentes de produção, os quais aumentaram, em média 26%.

## 22 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
Salários	144	69	3.011	2.569
Serviço de terceiros	175	107	1.959	2.137
Encargos sociais	29	14	577	559
Benefícios a empregados	-	-	711	586
Depreciações	-	-	274	225
Férias e 13º salário	-	-	582	436
Manutenção predial	-	-	124	107
Viagens e estadias	20	3	43	20
Taxas e encargos regulatórios	80	13	141	70
Publicidade e propaganda	161	58	186	64
Energia elétrica	-	-	78	64
Outros gastos	85	93	774	412
<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>357</b>	<b>8.460</b>	<b>7.249</b>

### 23 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	8.913	6.000
Custos aduaneiros	-	-	1.752	1.087
Salários	-	-	436	396
Serviço de terceiros	-	-	223	279
Publicidade e propaganda	-	-	320	286
Comissões sobre vendas	-	-	633	382
Provisões para perda	-	-	2.547	(445)
Encargos sociais	-	-	90	68
Telefonia	-	-	63	51
Análises laboratoriais	-	-	5	20
Férias e 13º salário	-	-	95	78
Depreciações	-	-	5	5
Outros gastos	-	-	312	213
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.394</b>	<b>8.420</b>

### 24 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
Recomposição de débitos fiscais	-	-	485	334
Despesas fábricas inativas	-	-	166	312
Custo na alienação de ativos	-	-	30	536
Provisão para contingências	150	83	3.752	1.245
Reversão de créditos tributários	-	-	148	31
Perdas de estoques (a)	-	-	-	779
Despesas com processos Judiciais	-	-	3.488	1.747
Despesas legais e regulatórias	852	-	951	-
Despesas ociosidade de produção (b)	-	-	-	9.440
Despesas gerais	-	-	-	231
<b>Total</b>	<b>1.002</b>	<b>83</b>	<b>9.020</b>	<b>14.655</b>

- a) O montante de R\$ 779 apresentado em 30 de setembro de 2020 refere-se a perdas de estoques, causada pela enchente ocorrida em uma de suas unidades no dia 08 de julho de 2020.
- b) O montante de R\$ 9.440 apresentado em 30 de setembro de 2020 refere-se aos gastos com ociosidade ocasionado durante o período de pandemia, o qual impossibilitou a plena ocupação das instalações para realização do serviço de abate de uma das unidades da Companhia, deste modo, os custos proporcionais ao serviço não realizado durante este período foram reclassificados para rubrica de “Outras despesas operacionais”, e compreendem os seguintes gastos:

Natureza dos gastos	Valor
Salários	3.919
Encargos sociais	1.145
Benefícios a empregados	961
Energia elétrica	759
Férias e 13º salário	790
Manutenção industrial	651
Serviço de terceiros	531
Depreciações	247
Equipamento de proteção	130
Locações / Aluguéis	112
Análises laboratoriais	91
Combustíveis e lubrificantes	67
Matérias primas	37
<b>Total</b>	<b>9.440</b>

## 25 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
Créditos tributários	-	-	1.108	570
Acordo Nova Araçá (Agostinho Carrer)	3.281	363	3.281	363
Venda de sucata e lenha	-	-	106	108
Receita de aluguel	-	-	218	133
Verbas indenizatórias	-	-	-	140
Subvenções Governamentais	-	-	1.613	800
Recuperação de despesas	-	-	3.972	902
Outras receitas	2	28	2	28
<b>Total</b>	<b>3.283</b>	<b>391</b>	<b>10.300</b>	<b>3.044</b>

## 26 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
Juros de atualização de dívidas tributárias	4	4	4.120	3.753
Juros de operações com partes relacionadas	3.782	2.227	6.893	6.828
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	5	61
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	157	80
Descontos financeiros concedidos	-	-	360	296
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	67	118
Variações cambiais passivas	-	-	7.217	4.368
Encargos legais	-	-	3.653	-
<b>Total</b>	<b>3.786</b>	<b>2.231</b>	<b>22.472</b>	<b>15.504</b>

## 27 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
Variações cambiais ativas (a)	-	-	10.699	11.546
Descontos financeiros obtidos	-	-	35	20
Outras receitas financeiras	-	-	61	35
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.795</b>	<b>11.601</b>

## 28 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
<b>Receita bruta</b>	<b>127.034</b>	<b>95.432</b>	<b>120.286</b>	<b>102.805</b>	-	-	<b>247.320</b>	<b>198.237</b>
Impostos e devoluções	(15.817)	(11.457)	(1.542)	(1.423)	-	-	(17.359)	(12.880)
<b>Receita líquida</b>	<b>111.217</b>	<b>83.975</b>	<b>118.744</b>	<b>101.382</b>	-	-	<b>229.961</b>	<b>185.357</b>
Custos	(72.253)	(54.003)	(102.301)	(75.961)	-	-	(174.554)	(129.964)
<b>Lucro bruto</b>	<b>38.964</b>	<b>29.972</b>	<b>16.443</b>	<b>25.421</b>	-	-	<b>55.407</b>	<b>55.393</b>
Despesas administrativas	-	-	-	-	(8.460)	(7.249)	(8.460)	(7.249)
Despesas com vendas	(15.394)	(8.420)	-	-	-	-	(15.394)	(8.420)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(9.020)	(14.655)	(9.020)	(14.655)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	10.300	3.044	10.300	3.044
<b>Resultado antes dos efeitos financeiros</b>	<b>23.570</b>	<b>21.552</b>	<b>16.443</b>	<b>25.421</b>	<b>(7.180)</b>	<b>(18.860)</b>	<b>32.833</b>	<b>28.113</b>
Despesas financeiras	-	-	-	-	(22.472)	(15.504)	(22.472)	(15.504)
Receitas financeiras	-	-	-	-	10.795	11.601	10.795	11.601
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>23.570</b>	<b>21.552</b>	<b>16.443</b>	<b>25.421</b>	<b>(18.857)</b>	<b>(22.763)</b>	<b>21.156</b>	<b>24.210</b>
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	426	-	426	-
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(5.322)	-	(5.322)	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>23.570</b>	<b>21.552</b>	<b>16.443</b>	<b>25.421</b>	<b>(23.753)</b>	<b>(22.763)</b>	<b>16.260</b>	<b>24.210</b>
Atribuído a acionistas não controladores							20	27
Atribuído a acionistas controladores							15.773	24.183



## 29 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	30/09/21	30/09/20
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	16.260	24.210
Resultado diluído por ação	2,29011	3,40981

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

## 30 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 14 de junho de 2021, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Sr. Massao Fábio Oya, Sra. Livia Toshie Suguita Chao, Sra. Chao En Hung, Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Srta. Carina Suguita Chao e Sra. Margareth Schacht Herrmann, também instaurou o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano, composto por: Sr. Samuel Heydt, Sr. Celso Cândido Filho e Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez como seus conselheiros e seus respectivos suplentes.

No dia 18 de junho de 2021 foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composto por: Tiago Silveira do Pinho, como diretor presidente, Marcia Macedo Meireles, como Diretora de Relação com Investidores e Chao En Hung como diretora.

Em 27 de outubro de 2021 foram recebidas pelo Conselho de Administração as renúncias da Sra. Marcia Macedo Meireles e da Sra. Chao En Hung aos cargos de Diretoras estatutárias, sendo eleito o Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, permanecendo apenas dois diretores.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., assim como a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2021, elegeram nova Diretoria, com mandato de 1 ano, sendo: Sra. Chao En Hung como diretora presidente, Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Vice-presidente e Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor.